

Nova redemocratização

José Eli da Veiga

Neste último quadriênio houve, no Brasil, brutal interrupção do processo civilizador

Valor, 30/09/2022

Todas as pesquisas eleitorais sérias indicam que a sociedade brasileira logo enfrentará mais um intenso período de redemocratização.

Tal assertiva será rejeitada por quem entende que redemocratizações só acontecem com quedas de autocracias, ditaduras ou tiranias. Estariam certos, pois a conjuntura, que parece se avizinhar, não será, de fato, equivalente às que sucederam o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985).

Porém, em visão menos convencional, fortes recuos da dinâmica pró-democracia podem ocorrer sem rupturas político-institucionais do mesmo quilate. Algo que ficou bem evidente desde 2018, quando a sociedade brasileira optou por entregar os poderes Executivo e Legislativo ao seu lado mais tenebroso. Neste último quadriênio houve, no Brasil, brutal interrupção do processo civilizador.

Neste último quadriênio houve, no Brasil, brutal interrupção do processo civilizador

Neste contexto, tudo leva a crer, então, que os acontecimentos de 2023 poderão ser bem similares aos de 1983, quando milhares de quadros progressistas foram chamados por governadores, democraticamente eleitos, a assumirem cargos até ali ocupados por simpatizantes do regime ditatorial, em imensa maioria. Renovação que também foi decisiva no âmbito das assessorias dos parlamentares, inclusive federais.

Desta vez, a renovação democrática atingirá principalmente o Executivo federal, com milhares de substituições de adeptos do obscurantismo e do negacionismo, além dos numerosos picaretas emplacados pelo Centrão. Como aconteceu em 1983 - mas também, em grande medida, em 1993, com o interregno de Itamar Franco - haverá déficit de técnicos bem formados para as responsabilidades que deverão assumir na máquina federal e em muitas assessorias parlamentares. Serão, em grande parte, profissionais bem-intencionados, mas sem a experiência necessária para, prontamente, impulsionarem a democratização.

Diante de tamanha peleja, não pode haver melhor conselho aos leitores desta coluna do que um atento estudo das 150 páginas de texto do livro *A Democracia Equilibrista - Políticos e Burocratas no Brasil* (Companhia das Letras, 2023). Redigido por dois doutores em ciência política - Pedro Abramovay e Gabriela Lotta - no bojo de análise conjunta sobre os oito anos de experiência prática do primeiro, em Brasília, principalmente no alto escalão do Ministério da Justiça, depois de fecundo aprendizado como assessor no Senado.

O que os autores mais ressaltam é que a democracia é refém de um sério conflito entre os burocratas da tecnocracia do Estado e a cidadania representada por animais políticos, principalmente parlamentares, mas também ativistas da sociedade civil. Salientam a exigência de que sempre seja encontrada alguma posição intermediária, que ajude na gestão de tal conflito. Daí o adjetivo “equilibrista” escolhido para o título, também em homenagem a João Bosco, Aldir Blanc e Elis Regina.

Começam com dois dos mais picantes exemplos em que a política foi subjugada - em pleno governo Lula - por desvios tecnocráticos: o caso Battisti e a Lei de Acesso à Informação. Em

seguida, analisam episódios em que a política desconsiderou a técnica, interditando o debate público, ao fazer ouvidos moucos a propostas da sociedade civil e/ou da burocracia. Com ótimos destaques sobre a política de drogas e a emergência da Lava Jato. E concluem com momentos invejáveis, em que o conflito pôde ser superado, ou “equilibrado”, com realces para o Estatuto dos Povos Indígenas, a Lei Seca e o Marco Civil da Internet.

Nessas três densas etapas da exposição, até sobram ensinamentos que parecem imprescindíveis, tanto aos que forem eleitos em outubro para postos executivos ou legislativos, quanto para os muitos milhares de profissionais que por eles serão recrutados.

Porém, o que talvez seja o ápice da obra está no terceiro passo, em preciosa descrição analítica da gestação do monstro lavajatista no seio da decentíssima ‘Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro’ (Enccla), anunciada, em 2003, sob a liderança do saudoso ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos (1935-2014).

Já as débeis reformas do Estado, de FHC e de Lula, não puderam ser encaixadas em nenhum dos referidos três compartimentos. Mas a dúzia de páginas a elas consagradas, em prévia parte teórica do livro, ilustram muito bem o quanto “a democracia brasileira pós-Constituição de 1988 foi virtuosa ao promover a expansão do universalismo de procedimentos e a ampliação da participação popular, padrões de relação entre Estado e Sociedade que trouxeram conquistas fundamentais para a população”.

“O SUS, a universalização do ensino fundamental, o Suas, a redução da pobreza e da desigualdade, a ampliação da universidade para negros e negras, o MP independente, a Polícia Federal eficiente, a redução do desmatamento, entre tantas outras conquistas, foram o resultado de uma Constituição que soube acomodar a ampliação do espaço democrático a instituições capazes de fornecer soluções tecnicamente sofisticadas para os grandes problemas”.

É raro que um livro seja tão profundo e tão oportuno.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP.

www.zeeli.pro.br